

O Brasil e a Integração Regional: o descompasso entre o incentivo estatal e a adesão social.

Rafael Cesar Ilha Pinto¹

Ejes temáticos: Relaciones internacionales.

O presente artigo é parte integrante de um projeto de pesquisa mais amplo, em nível de doutorado, que busca analisar a integração regional latino-americana a partir da percepção de diferentes atores sociais brasileiros. Propõe-se aqui a considerar os diferentes processos de integração regional nos quais a República Federativa do Brasil está envolvida, fazendo uma análise descritiva da posição oficial governamental quanto a estes em termos de responsabilidades políticas e financeiras assumidas e a adesão instrumental prática e racional, como também ideológica, dos segmentos organizados (empresariado, sociedade civil, associações de classe, etc.), assim como o apoio difuso da opinião pública brasileira quanto à participação nacional nestes processos. Para tanto, o artigo faz em um primeiro momento uma análise de conteúdo da posição oficial atual da chancelaria brasileira em relação, fundamentalmente, à constituição da CELAC e UNASUL e a manutenção do MERCOSUL; por conseguinte, uma análise da participação dos segmentos organizados da sociedade brasileira em fóruns e comitês da estrutura organizativa das instituições da integração; por fim, a apresentação e considerações analíticas das informações de opinião pública quanto à integração referentes ao Brasil que constam nos bancos de dados do Latinobarômetro e World ValuesSurvey. Ao final do artigo propõe-se uma reflexão quanto às diferenças e convergências entre as posições dos atores sociais, políticos e econômicos que atuam nestes processos.

Palavras chave: Integração Regional, Brasil, Participação, Opinião pública, Sociedade.

This article is part of a broader research project at the doctoral level, which seeks to analyze the Latin American regional integration from the perception of different Brazilian social actors. Here we propose to consider the different regional integration processes in which the Federative Republic of Brazil is evolvida, making a descriptive analysis of the government's official position on this in terms of policies and assumed financial responsibility and instrumental practice adherence and rational, as also ideological, of organized segments (business, civil society, professional associations, etc.) and diffuse support of Brazilian public opinion on the national participation in these processes. Therefore, the article is at first one of the current official position content analysis of the Brazilian Foreign Ministry in relation particularly to the establishment of CELAC and UNASUR and the maintenance of MERCOSUR; therefore, an analysis of the participation of the organized segments of Brazilian society in forums and committees of the organizational structure of the institutions of integration; Finally, the presentation and analytical considerations of public information on the integration for the Brazil contained in Latinobarómetro databases and World ValuesSurvey. At the end of the article proposes a reflection about the differences and similarities between the positions of social actors, political and economic factors that act in these processes.

Keywords: Regional Integration, Brazil, Participation, Public Opinion, Society.

¹ Doutorando em Ciência Política – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil
Email: rafacip82@gmail.com

A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos: autonomia ante a OEA e recurso estratégico às pretensões brasileiras em nível global.

A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos é uma organização multilateral fundada em 2010 e herdeira das tratativas no âmbito do Grupo do Rio e, fundamentalmente, na Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe (ITAMARATY, 1). A CELAC em seu documento fundacional, na I Cúpula de Chefes de Estado do organismo, define sua atuação voltada para o desenvolvimento econômico e social da região, com vistas a superar a desigualdade social e o subdesenvolvimento históricos da região (MRE-Chile). Contudo, também se propõe a ser um espaço de concertação e convergência política regional, afastando tentativas de ingerência externa nas relações entre os Estados membros signatários, em especial Estados Unidos e Canadá que tem forte presença na construção da agenda e nos fóruns da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A organização estipulou um Plano de Ação que definiu prioridades de cooperação em torno de dezenove áreas: segurança alimentar e nutricional e erradicação da fome e da pobreza; agricultura familiar; educação; cultura; ciência, tecnologia e inovação; desenvolvimento produtivo e industrial; infraestrutura; finanças; preferência tarifária latino-americana e caribenha; energia; meio ambiente; agenda de desenvolvimento pós-2015; assistência humanitária internacional; migrações; problema mundial das drogas; prevenção e luta contra a corrupção; cooperação; mecanismos regionais e sub-regionais de integração; e política internacional (ITAMARATY, 1). Embora o estabelecimento desta agenda ampla e diversificada de ações de cooperação, a CELAC tem angariado legitimidade de fato no âmbito da negociação política², afirmando uma identidade própria e autônoma. Instância que tem se consolidado como uma ferramenta anterior de conjugar e potencializar a posição dos países da América Latina antes que qualquer uma das partes recorra aos fóruns da OEA e, por consequência, ao envolvimento de EUA e Canadá nas contendas entre os Estados abaixo do Rio Grande.

Em sua segunda cúpula de chefes de Estado ocorrida em Havana em janeiro de 2014 a CELAC amplia o seu perfil de entidade política regional. A Declaração Final da cúpula estipula um total de 83 compromissos assumidos entre os 33 Estados que subscrevem o documento, dentre estes é possível sublinhar: a condenação dos países da região a qualquer tipo de intervenção militar em Estados soberanos e a primazia do respeito ao direito

² Cúpula CELAC-EU, por exemplo

internacional e aos direitos humanos; a preocupação com os efeitos das mudanças climáticas; a afirmação da CELAC como organismo de coordenação política dos países da região nos fóruns mais gerais do multilateralismo; a condenação da desregulamentação financeira internacional e os efeitos da crise; o incentivo ao desenvolvimento produtivo, sustentável, equitativo, inclusivo e o compromisso com a erradicação da pobreza; o rechaço as listas e certificações unilaterais por parte dos países desenvolvidos a Estados tratados como ‘complacentes com o narcotráfico e o terrorismo’, em especial o rechaço a indicação de Cuba como país apontado pelo departamento de Defesa dos EUA como terrorista³; o apoio à Argentina na disputa pelas Ilhas Malvinas, Georgia do Sul e Sandwish do Sul; declaração da América Latina como zona de paz, onde conflitos sejam dirimidos pela negociação e diálogo pacífico; a condenação a todo tipo de racismo e apoio às medidas legais que o combatam; condenação ao armamentismo nuclear e apoio as medidas tomadas pela ONU nesse sentido; reivindicação pela democratização do sistema ONU, em especial de seu Conselho de Segurança.

Todo esse conjunto de posições assumidas pelos Estados membros da CELAC reforça a identidade do organismo como um fórum político, que busca através da autonomia regional e do apoio mútuo reforçar a presença e relevância da região no cenário internacional. Contudo, a CELAC não parece ser uma entidade com a determinação de ser um contraponto a OEA⁴, mas sim uma mediação, um mecanismo intermediário de negociação e complementariedade (VIGEVANI; et al. 2013). Em grande medida porque, embora haja países que rechaçam a presença e interveniência dos EUA na América Latina, tais como os países bolivarianos (CERVO, 2007), as duas principais economias da região e membros relevantes da CELAC, Brasil e México, procuram manter uma relação pendular e amistosa com os EUA. O México comercialmente por fazer parte do NAFTA e, culturalmente, pela presença consolidada e crescente de imigrantes mexicanos em território estadunidense, por outro lado, o Brasil tem ainda nos EUA o seu segundo principal parceiro comercial e mantém com este um diálogo estratégico (PECEQUILO, 2013) na perspectiva da afirmação do país como um ator relevante das relações internacionais.

³ Medida suspensa em 2015

⁴ A própria presença do Secretário Geral da OEA na II Cúpula da CELAC demonstra que o organismo procura manter o vínculo com a mesma.

No que concerne estritamente ao Brasil, a CELAC representa um espaço de coordenação política e de busca de apoio político às suas pretensões em nível Global⁵. Visto que, a diplomacia brasileira é essencialmente reformista do sistema internacional (BURGES, 2013), a estratégia da liderança brasileira na governança global - hemisférica e sistêmica - estaria ocupada não da revisão da clivagem Norte-Sul que permeia sua complexidade de regimes, mas sim de um reformismo em busca de uma melhora da posição relativa do país dentro da arena internacional sem se engajar em um comportamento que possa fundamentalmente comprometer o sistema. Esta estratégia estaria ancorada no enquadramento conceitual de um interesse coletivo do Sul Global a ser defendido pela liderança brasileira na ordem internacional. A liderança em questão seria operacionalizada não por uma confrontação de blocos, mas pela (re)localização normativa das regras do jogo dentro da própria arquitetura dos regimes internacionais vigentes (ibid).

Essa posição fica muito bem expressa nos discursos da Chefe de Estado brasileira nas Cúpula ocorridas até aqui. Nos seus pronunciamentos protocolares (Itamaraty – 2, Portal Brasil 1;2), Dilma Rousseff apresenta uma perspectiva unitária de presença da região no cenário internacional, reforçando a soberania regional e a identidade latino-americana a partir da comunhão de objetivos complementares e da reciprocidade no que concerne ao comércio regional, inversões financeiras, infra-estrutura logística e apoio político mútuo em contendas e disputas dos pares ante países terceiros e exógenos ao bloco⁶. Contudo, a intervenção brasileira se dá no sentido de angariar apoio regional na reformulação e reforma dos sistemas multilaterais internacionais, na perspectiva de recompor a ordem internacional vigente a partir da revisão dos espaços conferidos aos países desenvolvidos e emergentes, abrindo assim mais espaço para estes últimos nos fóruns mais gerais do sistema internacional⁷.

A não participação dos EUA e do Canadá no organismo faz do Brasil um *player* com maior relevância política e poder de influência na construção da agenda e desafios do grupo. Contudo, a histórica posição do Brasil avessa à institucionalização de organismos e compromissos formais que ‘enquadrem’ suas possibilidades e limites no plano mais geral das relações internacionais (PINHEIRO, 2000) é, sem dúvida, um complicador das pretensões

⁵ Assento permanente no Conselho de Segurança – ONU, disputas comerciais no âmbito da Organização Mundial do Comércio, construir posições de conjunto nos fóruns do G-20 e G-77, etc.

⁶ Contenda Argentina-Reino Unido; Crise Venezuelana e sanções unilaterais; Embargo a Cuba.

⁷ Organização da Nações Unidas, Organização Mundial do Comércio, Fundo Monetário Internacional.

brasileira. Visto que, a negativa na subscrição de compromissos mais formais por parte da representação brasileira pode repercutir como desconfiança quanto ao real compromisso brasileiro para com os demais países da região com os quais busca angariar apoio como um importante ator no cenário mundial.

União de Nações Sul-Americanas: a América do Sul em busca de autonomia geopolítica, militar e em investimentos.

A União de Nações Sul-Americanas sucedeu em 2008 a Comunidade Sul-Americana de Nações e a Declaração de Cuzco, a iniciativa dos doze países do subcontinente americano tem como perspectiva um projeto de unidade política unindo os dois principais projetos de integração regional (Comunidade Andina de Nações e Mercado Comum do Sul). Ao longo dos últimos anos aprovou uma série de protocolos e tratados que estabeleceram uma estrutura organizativa com diferentes atribuições e responsabilidades compartilhadas. Dentre estas, é possível citar em ordem de competência:

1. Conselho de Chefes de Chefas de Estado: instância máxima de debate e deliberação; indica a Presidência Pró-Tempore;
2. Conselho de Ministros e Ministras de Relações Exteriores: prepara as pautas de discussões; conduz a agenda de execuções de tarefas; representa as partes em nível intermediário;
3. Conselho de Delegadas e Delegados: formado por representantes dos Conselhos Temáticos;
4. Secretaria Geral: executa as tarefas e rotinas da instituição;
5. Conselhos Temáticos: Conselho Energético Sul-Americano; Conselho de Defesa Sul-Americano; Conselho de Saúde Sul-Americano; Conselho Sul-Americano de Desenvolvimento Social; Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento; Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas; Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças; Conselho Eleitoral; Conselho Sul-Americano de Educação; Conselho Sul-Americano de Cultura; Conselho Sul-Americano de Ciência, Tecnologia e Inovação; Conselho Sul-Americano em Matéria de Segurança

Cidadã, Justiça e Coordenação de Ações Contra a Delinquência Organizada Transnacional.

Fonte: unasursg.org

A UNASUL se constitui como um espaço intergovernamental de autonomia política e defesa territorial dos países da região, um processo de integração que busca superar divergências e construir acordos sem a ingerência externa nos assuntos nacionais do subcontinente, amparada por uma institucionalidade assentada na responsabilidade compartilhada e exercida pelos países que a compõe de maneira equânime, soberana e regida pela regra do consenso progressivo.

Como exposto anteriormente, a UNASUL sucedeu a Comunidade Sul-Americana de Nações e busca instituir sob um mesmo marco de poder as iniciativas de integração regional do MERCOSUL, Comunidade Andina de Nações e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica⁸. Constituiu-se fundamentalmente pela influência da República Bolivariana da Venezuela (MEUNIER; MEDEIROS. 2013), que instigou e reivindicou a criação de uma institucionalidade com contornos formais claros para o processo de integração. Em grande medida, um incentivo e pressão sobre o Brasil, visto que, o país é histórica e tradicionalmente avesso à firma de mecanismos e amarras institucionais que o comprometam de maneira mais assertiva a acordos, pactos e convenções conjuntas formais (PINHEIRO, 2000). Contudo, a pretensão do Brasil em ser um *player* global o conduz necessariamente a buscar certa proeminência regional, o que por sua vez só é possível através da conquista da confiança política do seu entorno estratégico e imediato, em mecanismos institucionais mais perenes de segurança, comércio e reciprocidade compartilhada.

Dentre as iniciativas até aqui formuladas no âmbito da UNASUL, pelo menos duas parecem ter ganhado maior atenção e relevância para a aproximação dos países e pautado o início das atividades na organização, são elas o Conselho Sul-Americano de Defesa e a criação do Banco do Sul.

A criação do Conselho de Defesa Sul-Americano em 2008, correspondeu a um incentivo brasileiro e à iniciativa de seu ministro da defesa na época Nelson Jobim. A proposta brasileira de criação do Conselho tem relação com ‘o objetivo da projeção da

⁸ A relação, convergências e/ou diferenças com o advento da Aliança do Pacífico ainda não parecem muito claras.

liderança do Brasil na região e relaciona-se com a eficiência brasileira em disseminar ideias nos mecanismos de integração regionais' (LEÃO; MORINI, 2013, pg.212). O Conselho não se propõe a ser uma Aliança militar como a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), mas sim um instrumento de coordenação militar que busca fundamentalmente: elaborar políticas conjuntas de defesa, fazer intercâmbio de pessoal entre as forças dos países, integrar as indústrias bélicas dos países, coordenação conjunta em exercícios militares, ajuda humanitária, desastres naturais, operações de paz e troca de análises sobre cenários de defesa mundial.

As decisões do Conselho são tomadas por consenso, o que por sua vez demonstra também a busca brasileira por estabelecer na região uma,

“hegemonia consensual” em função do seu perfil de liderança, que envolve, essencialmente, a difusão de suas ideias e o predomínio de meios de negociação não impositivos e não coercitivos diferentemente de uma perspectiva neorrealista das relações internacionais. (LEÃO; MORINI, 2013, pg. 212).

A instituição e consolidação, mesmo que tardiamente⁹, de um organismo de coordenação militar regional parece já ter auferido alguns logros, visto a perspectiva de ser acionado (claro, com o endosso e palavra final do Conselho de Chefes e Chefas de Estado da UNASUL) durante a crise boliviana de 2008 e a crise venezuelana-equatoriana-colombiana em 2010¹⁰. Entretanto, mais do que a criação de um fórum de coordenação e segurança, a instalação e funcionamento do Conselho parecem ter a pretensão de garantir maior autonomia intelectual e ideológica às forças militares da região, visto o histórico de influência estadunidense entre o oficialato através de missões, planos de ação conjunta (como o Plano Colômbia) e a formação intelectual e técnica, como através da Escola das Américas¹¹.

Outro instrumento relevante ainda em negociação e no bojo da constituição da UNASUL é o Banco do Sul. A entidade que em 2011 estabeleceu-se como organização formal de direito internacional com a ratificação de seu acordo pelo congresso uruguaio, se pretende como uma alternativa aos organismos de financiamento tradicionais como o Banco

⁹ O continente Sul-Americano é um dos últimos no mundo a ter um mecanismo de coordenação militar regional.

¹⁰ E novamente no Equador quando da sublevação das polícias contra o governo central e quando da deposição no Paraguai do presidente Fernando Lugo.

¹¹ Atual Instituto do Hemisfério Ocidental para a Cooperação em Segurança - <http://www.benning.army.mil/tenant/WHINSEC/>

Mundial e o Fundo Monetário Internacional, constitui seu capital em cotas iguais por cada Estado signatário, restringindo assim o controle automático por qualquer país. Contudo, o Banco do Sul ainda carece de ratificação pela maioria dos Estados-Parte da UNASUL e, principalmente, pelo Estado brasileiro, maior economia da região e com maior *expertise* em bancos de fomento¹². A indefinição brasileira quanto à firma, adesão e ratificação do acordo por parte de seu congresso nacional tem sido sem dúvida, um dos principais impeditivos do pleno funcionamento e atividade desta nova instituição financeira (CIA, 2012).

A UNASUL até o presente tem conseguido alcançar objetivos preliminares relevantes tanto em termos políticos, quanto institucionais, entretanto, seu pleno estabelecimento, funcionamento, atuação e conquista de legitimidade depende, em grande parte, do quanto o Estado brasileiro e a política externa brasileira se comprometerá com o seu desenvolvimento, ampliação de atribuições e responsabilidades compartilhadas de maneira a sinalizar as demais partes envolvidas um verdadeiro engajamento por parte da maior economia da região e de quem se espera maior responsabilidade em termos políticos, mas fundamentalmente, como investidor e principal fiador do processo de integração, ou seja, atuar como *paymaster* que garantirá o crédito e subsídios necessários à convergência geopolítica.

A retórica da representação brasileira, através de sua chefe de Estado (PALÁCIO DO PLANALTO), sinaliza na perspectiva de constituir mecanismos de segurança e autonomia regional independentes, no respeito aos demais pares na construção de negociações exercidas de maneira consensuada e não por um hegemonismo automático. Contudo, o seu desempenho como fiador do processo de integração não tem correspondido à expectativa necessária para uma economia do porte da brasileira e que pretende projetar sua liderança no âmbito internacional a partir do apoio de seu entorno estratégico. Isso fica demonstrado na dificuldade de se fazer aprovar os recursos necessários para a constituição do Banco do Sul e a ainda tímida, porém importante, presença do BNDS no financiamento direto dos projetos de infra-estrutura nos países da região, além da parca inversão privada brasileira como aporte e investimento nas nações do bloco¹³.

¹² Tendo em vista a atuação do BNDS e a forte presença brasileira no IIRSA

¹³ Tratado em mais detalhes no próximo sub-item.

O Mercado Comum do Sul: transições, desalinhamentos e realinhamentos geopolíticos.

O Mercado Comum do Sul é uma experiência de integração fortemente marcada pela trajetória integracionista latino-americana, em especial à experiência da ALADI e do Pacto Andino (DATHEIN, 2004). Em relação ao primeiro, deve o aprendizado tido com esta experiência os anos iniciais de suas tratativas para a futura fundação: a abertura por etapas de barreiras comerciais, a preocupação ainda muito presente com a substituição de importações e o destravamento das relações a partir do debate político (principalmente na relação Brasil/Argentina). Com o Pacto Andino, o MERCOSUL percebe a possibilidade de constituir tratativas subregionais com bom êxito e que podem servir como uma etapa para a abertura gradual das relações regionais políticas e comerciais.

O projeto mercosulino também assimilou forte influência do projeto histórico de integração europeu como um modelo de estruturação institucional por etapas que se superam conforme os objetivos preliminares são alcançados (MALMAM, 2010). Sua fundação formal, contudo, também absorveu grande parte do ideário que estava sendo gestado na América do Norte e que, posteriormente, se traduziu na constituição do NAFTA como uma estrita área de livre comércio entre os EUA, Canadá e México.

Essas diversas experiências e fontes normativas convergiram e coadunaram-se com os vetores de tempo e espaço latino-americanos antes apontados e formaram o lócus da fundação da experiência mercosulina. Seu marco fundacional, o Tratado de Assunção, em certa medida aponta neste sentido, contudo, com o decorrer dos anos, do desenvolvimento do projeto e das transições geopolíticas na região e no mundo, o projeto e suas principais fontes normativas também foram mudando de perfil. No quadro abaixo, apresentam-se alguns dos principais documentos do Bloco¹⁴ e um pequeno resumo de seus significados:

- Tratado de Assunção (1991): documento fundacional que estabelece os princípios e horizonte estratégico do projeto de integração entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai; fortemente influenciado pelo período histórico (fim do mundo bipolar e ascensão do neoliberalismo) e; firmado por chefes de Estado comprometidos com a abertura comercial linear no Bloco;
- Protocolo de Ouro Preto (1994): constitui o Bloco como um organismo pleno de

¹⁴De acordo com a própria Secretaria Administrativa do MERCOSUL – SAM/MERCOSUL.

direito internacional; Cria a institucionalidade diretiva do Bloco, suas atribuições e competências e; institui mecanismos de representação política das sociedades nacionais através da Comissão Parlamentar Conjunta e do Foro Consultivo Econômico e Social;

- Declaração Sócio Laboral do MERCOSUL (1998): compromisso com garantias trabalhistas e sindicais; garantias individuais em relação ao trabalho (sexo, cor, necessidades especiais, migrantes) e rejeições categóricas (trabalhos escravo, infantil); garantias ao empregador;
- Protocolo de Ushuaia (1998): cláusula democrática do MERCOSUL; busca de manutenção da ordem constitucional e democrática dos países por apoio mútuo;
- Protocolo de Olivos (2002): instrumentaliza o projeto de integração com tribunais para a solução de controvérsias jurídicas em relação às disputas políticas e, principalmente, econômicas;
- Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL (2005): por este protocolo os Estados-parte comprometem-se em estabelecer um mecanismo de representação de seus congressos nacionais, com vistas a ser, em longo prazo, a representação direta das sociedades;
- Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (2005): Fundo de investimentos alternativo, busca corrigir as assimetrias econômicas regionais aportando recursos em relação direta ao PIB de cada país e distribuí-lo em relação inversamente proporcional;
- Protocolo de Adesão da Venezuela (2006): pedido de ingresso da Venezuela no MERCOSUL com vistas a ampliar suas relações comerciais na região; salvaguarda a institucionalidade venezuelana através da diretiva de Ushuaia;
- Protocolo de Montevideu (Ushuaia II) (2011): instrumentaliza o Protocolo de Ushuaia com meios pelos quais os demais Estados-parte possam agir de maneira a impedir de maneira mais enfática (fechamento de fronteira, restrições creditícias, denúncia em fóruns internacionais, etc.) o rompimento da ordem democrática.
- Protocolo de Adesão da Bolívia (2012): a adesão da Bolívia em grande medida

representa, assim como a Venezuela, a busca por ampliar seus mercados, fontes alternativas de investimentos e a salvaguarda de sua institucionalidade através também da cláusula democrática.

O MERCOSUL como projeto de integração passou por diferentes momentos em seu processo de afirmação, desenvolvimento e consolidação. Teve de lidar em alguns momentos com uma grande retração nas relações comerciais intra-bloco (GUIMARÃES, 2006), mas também, logrou alcançar com o decorrer dos anos êxitos econômicos e comerciais extremamente relevantes (MDICE-Brasil). Mas mais do que isso, teve de lidar com reveses e adiamentos constantes, fruto de releituras e reenquadramentos do tipo de integração pretendida por seus dirigentes de turno.

Desde antes de sua fundação até os dias atuais é possível indicar aqui pelo menos três grandes ciclos geopolíticos pelos quais o projeto mercosulino atravessou (PINTO, 2014). Um *Ciclo de Oportunidade* que vai de 1985 até 1991, marcado pelas transições no sistema-mundo (WALLERTEIN, 2002), pela reaproximação entre Brasil e Argentina (BATISTA; JUNIOR, 2002) pelas crises inflacionárias e da dívida nos países da região e, a busca da saída destas através ainda do desenvolvimentismo (SENNES, 2003). Um segundo *Ciclo Comercialista* de 1991 até o início dos anos 2000, marcado pelo abandono do desenvolvimentismo e da substituição de importações, pela ascensão do neoliberalismo e a abertura unilateral competitiva nos países da região (CAETANO, 2011). Ainda é possível apontar um terceiro Ciclo de cariz *Político-Social*, a partir dos anos 2000 até os dias atuais, marcado pela retomada do papel central da política (em relação ao estrito comercialismo), pela preocupação com a maior unidade do Bloco (mecanismos de compensações aos países menores) e com a representação social no Bloco (PARLASUL, FCES, Cúpula Social) (PINTO, 2014).

Esses ciclos geopolíticos do poder regional sem dúvida guardam relação com o processo interno de produção de normativas para o Bloco. O Tratado de Assunção é resultado da negação do período imediatamente anterior. Da sua fundação até o início dos anos 2000 há uma ressemantização dos termos da integração com o perfil liberal, entretanto, juridicamente responsivo às relações Capital X Trabalho. O início dos anos 2000 marca o princípio de um novo ciclo: a opção pelo sul global, pela busca da correção de assimetrias regionais, por um incentivo renovado para democratizar politicamente o Bloco e pela adesão de novos membros alinhados estrategicamente a geopolítica do poder estabelecido.

O conjunto de pronunciamentos dos Chefes de Estado brasileiros nas cúpulas do MERCOSUL nestes vinte e quatro anos de existência do bloco representam ao seu tempo, em certa medida, essas transformações, transições e reenquadramentos do bloco no percurso de sua constituição, atribuição de funções e desempenho (MERCOSUL, 1). Contudo, o MERCOSUL tem permanecido como um espaço relevante da atuação tanto comercial e quanto política brasileira, em determinado período com maior acento no primeiro e, em outro determinado período com maior proeminência do segundo.

O MERCOSUL a mais de uma década figura entre os principais destinos do comércio brasileiro, a constituição de uma Tarifa Externa Comum para o Bloco foi um importante avanço frente à tradicional aversão brasileira a amarras comerciais, a aprovação do comércio regional feito em moeda local também tem contribuído para ampliar as trocas sem despendar das divisas em dólar. No âmbito político o bloco também obteve relevantes vitórias expressas fundamentalmente pelas adesões da República Bolivariana da Venezuela e da República Plurinacional da Bolívia, contudo, também expresso pela criação do Parlamento do MERCOSUL, pela busca de convergência estrutural (principalmente em favor das economias menores) através do FOCEM e pelos dispositivos adicionais à segurança democrática do bloco através do Tratado de Montevidéu (ou Ushuaia II). Todas essas conquistas são, sem dúvida, fruto da convergência política dos mandatários dos países do bloco nos últimos anos, em especial Brasil e Argentina que repactuaram as relações em termos negociados politicamente e não simplesmente relegados ao ânimo do mercado.

Mercado e sociedade civil no contexto da integração

A construção de um processo amplo de integração regional, além das iniciativas, pactos e incentivos estatais, em grande parte necessita também de certa correspondência e adesão por parte das sociedades nacionais envolvidas. No que concerne especificamente ao apelo que a integração regional inspira nos nacionais, o papel que o mercado (Capital e Trabalho), assim como, a sociedade civil organizada desempenham, e/ou são chamados a desempenhar, é de grande relevância para levar a bom termo a construção de cadeias produtivas regionais e a constituição e reivindicação de uma identidade comum regional.

O Mercado Comum do Sul desde 1994 (MERCOSUL, 2) procurou instituir mecanismos de representação plural das sociedades nacionais dos Estados Parte. No contexto

neoliberal dos anos 1990, de ressignificação e ressemantização dos termos do processo integrativo e da própria percepção do processo democrático na América Latina (DAGNINO, et al, 2006), associações e agentes do mercado – equivocadamente apontados em documentos oficiais como sociedade civil - através do Foro Consultivo (FCES – 1) são chamados a integrar e a colaborar com os debates e a construção do projeto mercosulino. Entretanto, a diversidade, pluralidade e rotatividade de atores e organizações partícipes deste Foro parece ter sido muito restrita a um conjunto muito específico (FCES, 2). Além disso, sua produção de recomendações ao bloco não parece ter sido muito profícua e a sua real incidência sobre a constituição e desenvolvimento do projeto integrativo não parece ter tido muito êxito nestas últimas duas décadas de existência (PINTO, 2014). Contudo, uma agenda política comum dos executivos nacionais procurou promover cadeias de comércio regional, incentivou a criação de um fundo de investimento em infraestrutura e convergência estrutural (FOCEM) e abriu linhas de crédito especiais para investimentos nos mercados vizinhos – principalmente o governo brasileiro - (BNDES, 2). Desta forma, é possível verificar um incremento substancial e ascendente no comércio para com o bloco nos últimos quinze anos na balança comercial brasileira (MDICE), chegando o MERCOSUL a figurar entre os três maiores destinos do comércio exterior brasileiro (MDICE).

A União de Nações Sul-Americanas até presente tem demonstrado um perfil vinculado à intermediação de conflitos regionais e nacionais, expressos fundamentalmente na sua atuação na tensão separatista de Pando na Bolívia (2008), na crise entre Colômbia, Equador e Venezuela (2010) e na tentativa de sublevação da polícia equatoriana contra o governo constitucional de Rafael Correa (2010). Todos estes processos convergiram para uma posição comum dos governos da região em inserir em 2010 na Cúpula de Georgetown uma cláusula democrática adicional ao tratado fundacional do bloco. Medida aplicada em junho de 2012 ao Paraguai pela deposição sumária do então presidente constitucional Fernando Lugo e utilizada também para conter a recorrente tentativa de golpe de Estado na República Bolivariana da Venezuela.

O papel da UNASUL através de seu conselho de Chefes e Chefas de Estado, assim como, de seus órgãos e funções executivas como o de seu secretário-geral, em auscultar as diferentes posições, representações e segmentos das sociedades nacionais conflagradas nestes distintos momentos para prover melhores alternativas, ainda carece de melhores análises e aprofundamento em pesquisas. Contudo, parece que em todos os casos anteriormente citados

a solução negociada, pacífica e pela manutenção – ou retorno o mais breve possível – à ordem democrática foi o caminho comum a todas as contendas.

A UNASUL estabeleceu também um conjunto de conselhos setoriais de alto nível em sua estrutura institucional para tratar de questões diversas e relevantes para o processo integrativo. Esses conselhos são conformados por representações dos executivos nacionais dos países do bloco, o que não impede, entretanto, que contem também com a colaboração e assessorias de representantes da sociedade civil envolvidos com os temas motivadores dos conselhos (UNASUR). Contudo, desde 2014 está sendo discutida a criação de um Foro de Participação Cidadã da UNASUL e duas propostas vêm sendo apreciadas, uma da República Plurinacional da Bolívia (Participa.br, 1) e uma da Secretaria-Geral da UNASUL (Participa.br, 2).

O envolvimento comercial e os investimentos brasileiros nos países da UNASUL estão muito relacionados às obras de infra-estrutura (rodovias, ferrovias, hidrelétricas, gasodutos, etc.) conduzidas por empreiteiras brasileiras com financiamentos do BNDES e/ou através do IIRSA¹⁵. Em grande medida esses empreendimentos têm um forte estímulo dos executivos nacionais na perspectiva de incrementar os fluxos e intercâmbios comerciais e a segurança energética regional, contudo, as inversões privadas diretas brasileiras nos países do bloco ainda são muito limitadas (SENNES; CARVALHO, 2009)¹⁶. Desta forma, embora o estímulo do executivo brasileiro através de financiamento e crédito para o investimento nos países da região para a construção das tão propaladas ‘parcerias estratégicas’, estas parecem perder o sentido quando não há uma resposta ativa do mercado de capitais nacional.

Por sua vez, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos como iniciativa de integração dos trinta e três países do subcontinente americano é ainda um projeto incipiente em termos de inclusão de segmentos organizados das sociedades das nações parte. Contudo, com o agravamento da crise internacional o incentivo ao comércio regional surge como alternativa ao desenvolvimento dos países membros segundo a chefia do executivo brasileiro (Valor Econômico) e, nesse sentido, a presidente brasileira acredita ser necessária a criação de um fórum empresarial no âmbito do bloco (IBID). A concretizar-se, esse seria um interessante mecanismo de aproximar e estimular a formação de capitais e cadeias produtivas transnacionais em um bloco que representa o terceiro maior Produto Interno Bruto mundial.

¹⁵ Incorporado pelo bloco como Conselho de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL (COSIPLAN)

¹⁶ Porém em sua maior parte ligadas a produção de bens industrializados.

Por outro lado, a região historicamente sempre teve sua produção e o direcionamento de suas economias voltadas para o norte global, nesse sentido, além dos incentivos estatais protocolares é importante realmente incentivar o comércio endógeno e complementar calcado na convergência de interesses negociados entre os agentes do mercado.

A estratégia brasileira para a América do Sul e para a América Latina como um todo, embora reconstituída com a ascensão da esquerda e do Partido dos Trabalhadores ao executivo nacional nos últimos treze anos, se mantém apoiada em seus dois pilares fundamentais e conceitos norteadores tradicionais de sua política externa: Autonomia e Desenvolvimento (RAMANZINI, 2013). No Brasil esses dois pilares são basilares e complementares na construção de sua política externa, a busca por desenvolvimento passa por ter posições soberanas e que reforçam a necessidade de autonomia na política e no comércio. Nesse sentido, esta autonomia pode ser tipificada em três vértices, a ‘autonomia pela distância’, ‘autonomia pela participação’ e ‘autonomia pela diversificação’ (LIMA, 2010). Com a ascensão da esquerda no Brasil sua política externa passou a fazer um movimento pendular e complementar ainda mais forte no que concerne à manutenção de sua autonomia dentro do sistema internacional, contudo, investindo ora mais pela participação em fóruns multilaterais, ora pela diversificação de arranjos e compromissos firmados com terceiros, mediado sempre pelo nível e necessidade de institucionalização desses acordos.

Essa tradicional rejeição brasileira em instituir acordos formais que restrinjam seu espectro de atuação (PINHEIRO, 2000) é em grande parte arraigada já no ‘fazer diplomático’ da chancelaria brasileira, mas é em grande parte também, consequência da equação do jogo de dois níveis (PUTNAM, 2010) que pressiona a ação estatal a todo momento no âmbito mais geral das relações internacionais. Nesse sentido, o governo brasileiro busca através de fundos públicos de investimento fazer uma demonstração de interesse em seu entorno estratégico pois há um “cálculo estratégico de diminuir a interferência externa na região e aumentar a confiança dos vizinhos frente à sua projeção internacional” (COUTO, 2013 p. 205). O que, por outro lado, não é acompanhado pela iniciativa privada brasileira, visto que o Brasil tem construído uma balança comercial muito vantajosa para suas exportações aos países da região, entretanto, os empresários brasileiros não veem ainda a região como prioritária para seus investimentos, havendo então um descompasso entre a ação estatal e a adesão empresarial e financeira.

A opinião pública brasileira e o interesse pela integração regional

Embora sejam poucas as pesquisas de opinião pública no Brasil a respeito do conhecimento e da confiança da população nas organizações regionais das quais o país faz parte, nos últimos anos perguntas nesse sentido tem aparecido nos questionários aplicados pelo Latinobarômetro¹⁷ e nos levantamentos feitos pelo World Values Survey (WVS)¹⁸. Com base nos relatórios e dados coletados, tabulados e apresentados pelas pesquisas supracitadas, é possível apontar que é muito baixo o conhecimento da população nacional brasileira a respeito dos organismos regionais internacionais dos quais o país faz parte, assim como, dentre aqueles que conhecem estes organismos, a confiança e a representatividade dos mesmos para os cidadãos interrogados parece ser muito reduzida.

Segundo o Latinobarômetro

Sobre se o entrevistado conhece Instituições: o MERCOSUL

	Nº de casos	%/Total
No conoce	605	50,2%
Conoce	599	49,8%
(N)	(1.204)	100%

Selected sample: Brasil (1204)



Fonte: <http://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>

¹⁷ <http://www.latinobarometro.org/>

¹⁸ <http://www.worldvaluessurvey.org/>

Sobre se o entrevistado conhece Instituições: a UNASUL

	Nº de casos	%/Total
No conoce	1.145	95,1%
Conoce	59	4,9%
(N)	(1.204)	100%

Selected sample: Brasil (1204)



Fonte: <http://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>

Sobre como o entrevistado Avalia Instituições: MERCOSUL

	Nº de casos	%/Total
Muy malo	12	2,0%
2	17	2,8%
3	24	4,0%
4	32	5,3%
5	107	17,9%
6	104	17,4%
7	147	24,5%
8	112	18,7%
9	16	2,7%
Muy bueno	28	4,7%
(N)	(599)	100%
Media		6,27
Desviación típica		1,90
N		599

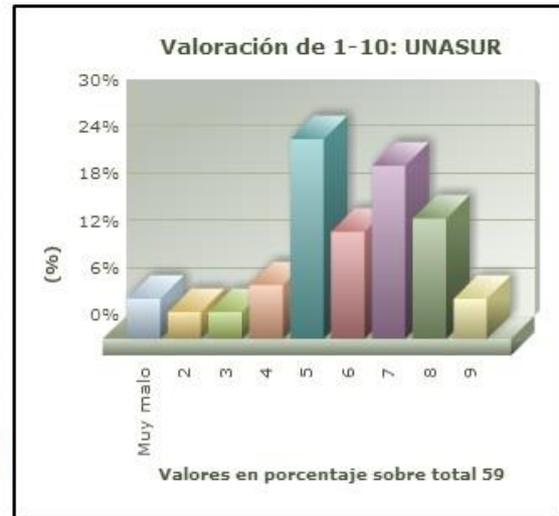
Selected sample: Brasil (599)



Fonte: <http://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>

Sobre como o entrevistado Avalia Instituições: UNASUL

	Nº de casos	%/Total
Muy malo	3	5,1%
2	2	3,4%
3	2	3,4%
4	4	6,8%
5	15	25,4%
6	8	13,6%
7	13	22,0%
8	9	15,3%
9	3	5,1%
(N)	(59)	100%
Media		5,80
Desviación típica		1,99
N		59



Selected sample: Brasil (59)

Fonte: <http://www.latinobarometro>

Segundo os dados do World Values Survey para uma amostragem geral:

Confiança no MERCOSUL: período 2010-2013

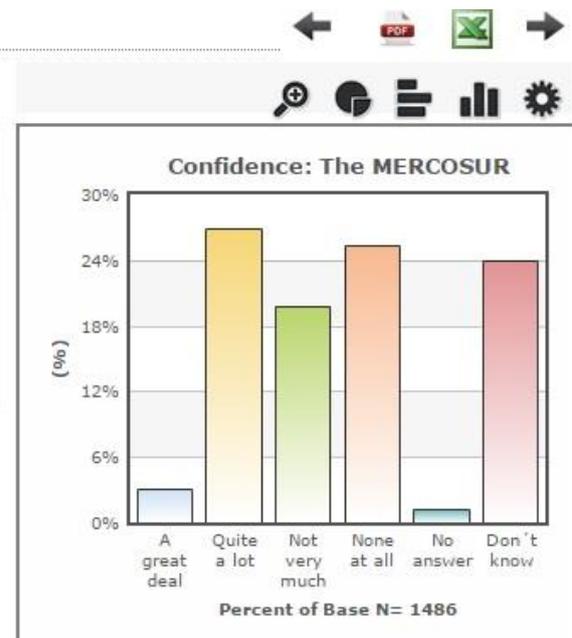
V125_06.- Confidence: The MERCOSUR

Cross by

-- None selected --

	Number of cases	%/Total
A great deal	45	3.0%
Quite a lot	400	26.9%
Not very much	293	19.7%
None at all	375	25.3%
No answer	18	1.2%
Don't know	355	23.9%
(N)	(1,486)	100%

Selected sample: Brasil 2014 (1486)



A pesquisa e os gráficos do Latinobarômetro mostram claramente que há um grande desconhecimento da população brasileira sobre a própria existência dos organismos analisados. Mais da metade dos entrevistados no caso do MERCOSUL e mais de nove em cada dez entrevistados no que se refere ao conhecimento sobre a existência da UNASUL. Paradoxalmente, no mesmo Latinobarômetro, é possível identificar que as notas avaliativas sobre estas instituições supramencionadas obtêm bons índices de aprovação junto aos entrevistados da pesquisa. No mesmo sentido, é possível verificar também que a confiança no MERCOSUL, aferida pelo World Values Survey, alcança um bom patamar (se for incluída uma parcela daqueles que ‘confiam pouco’ ou ‘não muito’).

Uma análise rápida e açada destes indicadores pode levar o pesquisador a ver apenas o paradoxo das respostas encontradas, contudo, é possível fazer considerações mais profundas sobre as respostas identificadas do que tão somente a expressão estatística apresentada nos gráficos. Neste sentido, uma reflexão possível de fazer é a de que, embora muito mal informados pelos canais e meios de comunicação públicos e privados sobre a participação brasileira em fóruns e organismos regionais, a população brasileira vê com bons olhos a inserção do país no plano regional e, em uma média geral, apoia essa interação organizativa, comercial e política com seus vizinhos regionais e continentais.

Isto posto, a demanda imediata que aparece ao governo brasileiro é, muito mais do que fomentar um maior intercâmbio comercial e financiamento exterior, estimular também um maior intercâmbio cultural, maior abertura para a livre circulação de pessoas, comunicação, informações e acesso direto e participativo nos organismos da integração, tanto através de fóruns ligados ao mercado, como também em espaços dedicados às organizações da sociedade civil, procurando assim constituir um princípio de cidadania sul-americana. Desta forma, a representatividade que o governo busca alcançar para o seu pretense protagonismo dentro do sistema internacional, calcado no reconhecimento de sua liderança regional, encontrará a correspondência que necessita em apoio de seus próprios cidadãos e, quiçá, dentre os nacionais dos países parceiros nestes organismos regionais.

Considerações Finais

Na última década houve um incentivo renovado pela integração política e regional da América Latina. Com o fim da guerra fria já havia entre os executivos nacionais a percepção de que a convergência dos países da região a um marco de poder comum potencializaria a posição dos mesmos nas relações mais gerais do sistema internacional. Contudo, a ascensão do liberalismo comercial e financeiro tornou a política coadjuvante e ferramenta do mercado para o processo de integração, além disso, a pressão dos organismos financeiros internacionais¹⁹ - dos quais a maioria dos países da região recorria financeiramente - constrangia e pressionava os governos dos países à liberalização 'voluntária' unilateral de seus mercados à economia global. Essa desregulamentação açodada dos mercados dos países da região gerou um competitivismo entre as nações pela conquista dos mercados mundiais e certo distanciamento relativo nas perspectivas de construção de paradigmas comuns de atuação. No decorrer do novo milênio muitos países da região rejeitaram democraticamente através de eleições nacionais os projetos de líderes que propugnavam a continuidade deste modelo de desenvolvimento.

O Brasil já nos primeiros anos da década de 2000 assume uma postura inflexiva em relação às políticas domésticas levadas a cabo até ali, a correlação de forças políticas internas possibilitou também uma revisão da política externa brasileira, possibilitando um reordenamento dos dois níveis (PUTNAM, 2013). O desenvolvimento econômico possibilitado pela expansão do consumo interno possibilitou também um incremento posterior das exportações²⁰ brasileiras para os mercados mundiais. O reforço do pilar do desenvolvimento nacional robusteceu também o pilar da autonomia econômica e política do país dentro do sistema internacional, autonomia esta reforçada em dois vértices: o da diversificação de mercados e parceiros comerciais e políticos e o da participação em fóruns regionais e multilaterais. Isto por sua vez estimulou a liderança brasileira a procurar atuar de maneira mais assertiva e colaborativa em questões da agenda global, procurando exercer certa liderança em alguns fóruns e pautas específicas²¹ e constituindo o que se denominou de uma diplomacia ativa e altiva (AMORIM, 2015).

¹⁹ Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial em especial.

²⁰ E da pauta de exportações brasileiras

²¹ Discussão dos subsídios agrícolas nos países desenvolvidos no âmbito da OMC, G20, BRICS, etc.

Por consequência destas pretensões de ator relevante no cenário internacional o Brasil precisava, como condição primeira, conquistar o apoio dos países de seu entorno imediato e formar parcerias com estes que possibilitassem o reconhecimento da liderança brasileira. Os pronunciamentos oficiais dos mandatários brasileiros nas diversas cúpulas de chefes de Estados dos organismos da integração remetem exatamente a esta necessidade unidade e convergência política e econômica na região. Em grande medida o governo tem oferecido mecanismos de fomento e apoio financeiro à obras de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento compartilhado regional, contudo, a pretensão do governo brasileiro parece ainda não se estender a iniciativa privada do país, que vê ainda com muita desconfiança a possibilidade investimento direto nas nações partícipes dos blocos de integração. Para estimular as inversões privadas brasileiras nos países vizinhos muitos fóruns de discussão com representatividade de setores do mercado tem sido constituídos nas estruturas organizativas, ou mesmo, como fóruns consultivos às instâncias decisórias dos organismos da integração, contudo, sua abrangência e real efetividade nas decisões ainda é muito restrita e, muitas vezes, apenas figurativa.

Esse descompasso entre as pretensões integrativas governamentais e a adesão dos mercados parece guardar grande consonância com um matiz cultural consolidado, qual seja, os brasileiros em grande medida desconhecem os projetos de integração latino-americanos e acabam por não compreender qual é a sua real relevância, seriedade e capacidade de influenciar a beneficemente a sua vida. Por outro lado, as pesquisas do Latinobarômetro e do World Values Survey também apontam que o brasileiro em média vê com bons olhos a presença brasileira em fóruns regionais. Nesse sentido, é possível asseverar que apenas com uma estratégia mais ampla de intercâmbio cultural com os países da região e maior acesso as informações referentes ao processo integrativo, poderá haver de fato uma mais próxima adesão nacional as pretensões e estratégias formuladas no âmbito estatal.

Referências:

AMORIM, Celso. Teerã, Ramalá e Doha - Memórias da Política Externa Ativa e Altiva. Editora Benvirá, 2015.

BATISTA JÚNIOR, Paulo. **Argentina: uma crise paradigmática**. Estud. av. São Paulo. v.16, n.44, jan.-abr. 2002.

BNDES 1:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/internacional.html

BNDES 2:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atualizacao/Exportacao_e_Insercao_Internacional/

BURGES, Sean. Brazil as a bridge between old and new powers? *International Affairs* 89: 3 - 577-594, 2013.

CAETANO, Gerardo. **MERCOSUR: 20 años**. Montevideo: Centro de Formación para la Integración Regional (CEFIR), 2011.

CERVO, Amado. **Inserção Internacional - Formação dos Conceitos Brasileiros**. Ed. Saraiva, São Paulo, 2007.

CIA, Elia. **O Banco do Sul, seus dilemas e os divergentes projetos de integração regional para a América do Sul**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2012.

COUTO, Leandro. **Relações Brasil-América do Sul: a construção inacabada de parceria com o entorno estratégico**. In: Lessa e Altemani, *Parcerias estratégicas do Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

DAGNINO, Evelina, OLVERA, Alberto. e PANFICHI, Aldo. **Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina**. In: DAGNINO, OLVERA e PANFICHI. *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

DATHEIN, Ricardo. **MERCOSUL: antecedentes, origem e desempenho recente**. Porto Alegre: Departamento de Ciências Econômicas/UFRGS, 2004.

FORO CONSULTIVO ECONÔMICO-SOCIAL MERCOSUR 1:

<http://fcesmercosur.com.ar/>

FORO CONSULTIVO ECONÔMICO-SOCIAL MERCOSUR 2:

<http://fcesmercosur.com.ar/?seccion=6&idioma=1>

FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL -

<http://www.mercosur.int/focem/index.php?c=2118&i=2&id=>

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

ITAMARATY 1:

http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=689&catid=145&Itemid=434&lang=pt-BR

ITAMARATY 2:

http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7724:discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-2-sessao-plenaria-da-iii-cupula-da-comunidade-de-estados-latino-americanos-e-caribenhos-celac-san-jose-costa-rica-28-de-janeiro-de-2015&catid=197:discursos&lang=pt-BR&Itemid=448

LEÃO, André Pimentel Ferreira; MORINI, Cristiano. **O Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL e a Política Externa Brasileira: Há Espaço para “Hegemonia Consensual” Do Brasil?** Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.2. n.3, jul./dez., 2013.

LIMA, Maria Regina Soares. **Brasil e pólos emergentes do poder mundial: Rússia, Índia, China e África do Sul.** IN: BAUMANN, Renato, org. O Brasil e os demais BRICs – Comércio e Política. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, p.155-179, 2010.

MALLMANN, Maria Izabel. **Relações Sul-americanas em perspectiva.** Diálogo, Canoas, 16:183-201, 2010.

MEDEIROS, Marcelo; MEUNIER, Isabel. **Construindo a América do Sul: Identidades e Interesses na Formação Discursiva da Unasul.** Revista Dados, Vol. 56 no 3, 2013.

MERCOSUL 1:

http://www.mercosur.int/innovaportal/v/4677/3/innova.front/declarac%C3%B5es_e_decis%C3%B5es_presidenciais

MERCOSUL 2:

http://www.mercosur.int/innovaportal/file/721/1/cmc_1994_protocolo_ouro_preto_es.pdf

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - CHILE.

http://www.minrel.gob.cl/minrel/site/artic/20130208/asocfile/20130208155151/declaracion_de_santiago__portugu__s.pdf

MINISTÉRIOS DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO -

<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2081>

PALÁCIO DO PLANALTO: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/>

PARTICIPA.BR 1:

http://www.participa.br/articles/public/0007/7359/Proposta_Bol_via_FPCU.pdf

PARTICIPA.BR, 2 -

http://www.participa.br/articles/public/0007/7360/Proposta_FPCU_Unasul.pdf

PECEQUILO, Cristina. **Brasil e Estados Unidos: Um enfoque contemporâneo das relações bilaterais.** Lessa e Altemani, Parcerias estratégicas do Brasil. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

PINHEIRO, Letícia. **Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e prática da política externa brasileira.** Revista Contexto Internacional, vol. 22, n.02 (p. 305-335), 2000.

PINTO, Rafael Cesar Ilha. **Democratizando a Integração? Democracia e Representação Política no MERCOSUL (1985 – 2013).** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pelotas, 2014.

PORTAL BRASIL 1: <http://www.brasil.gov.br/governo/2014/01/dilma-discursa-durante-reuniao-de-cupula-da-celac>

PORTAL BRASIL 2: <http://www.brasil.gov.br/governo/2011/12/celac-reflete-importancia-geopolitica-da-america-latina-e-do-caribe-diz-presidenta-dilma>

PUTNAN, Robert. **Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis.** Revista de Sociologia e política, vol 18, n36, jun. 2010.

RAMANZINI, Haroldo. **Parcerias estratégicas do Brasil no contexto do multilateralismo comercial.** In.: Lessa e Altemani, Parcerias estratégicas do Brasil. Belo Horizonte: Fino Traço, p. 159-179, 2013.

SENNES, Ricardo. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SENNES, Ricardo; CARVALHO, Carlos Eduardo. **Integração financeira e internacionalização de empresas brasileiras na América do Sul.** Nueva Sociedad, ISSN: 0251-3552, 2009.

UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS 1:
<http://www.unasursg.org/es/consejos/consejos-ministeriales-y-sectoriales>

UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS 2:
<http://www.unasursg.org/documentos-normativos-unasur>

VALOR ECONÔMICO - <http://www.valor.com.br/brasil/3883650/dilma-propoe-criacao-de-forum-empresarial-da-america-latina-e-caribe>

VIGEVANI, Tullo; HERSHBERG, Eric; SERBIN, Andrés. **Introdução.** In.: Dossiê Hemisfério Americano em Transformação, Lua Nova, São Paulo, 90: 15-33, 2013.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Após o Liberalismo: em busca da reconstrução do mundo.** Rio de Janeiro: Vozes. 2002.